

POSITIVISMO, TRABALHISMO, POPULISMO: A IDEOLOGIA DAS ELITES GAÚCHAS

*Pedro Cezar Dutra Fonseca**

Na análise da economia e da política gaúchas durante o período republicano, várias contribuições significativas têm sido formuladas por inúmeros autores, inclusive sobre as ideologias que as permeiam. O desvendar do pensamento, dos símbolos e das representações a que os principais líderes políticos e as elites em geral se perfiliaram e de que fizeram uso nasceu com a própria historiografia do Rio Grande do Sul. Se, antes, enaltecida dos feitos do homem dos pampas — um gaúcho que luta por idéias e ideais, com desapego a objetivos materiais —, a partir dos anos 70 novos autores surgiram com novas propostas metodológicas, quase todas precisando vínculos mais estreitos entre o pensar, o discurso e os símbolos com fenômenos emergentes da economia e da política. Este artigo aborda justamente essa face do debate, procurando polemizar com algumas dessas teses, esperando que, antes de fornecer respostas definitivas, se contribua para novos trabalhos, como sói acontecer em boa parte dos estudos das ciências ditas sociais.

Já há algum tempo, penso que merecem reparos e qualificações as teses segundo as quais: (a) há vínculos estreitos entre positivismo e trabalhismo, de modo que este último teria sido gestado na República Velha; (b) o desapego das elites gaúchas ao positivismo, e de Vargas em particular, teria ocorrido após 1930, ao chegarem ao poder a nível federal; correlata a esta, como explicar que segmentos de uma elite regional, com vínculos seja na pecuária extensiva, seja na agricultura colonial — as duas faces econômicas do Rio Grande do Sul na República Velha —, pudessem encampar projeto nacional de tão longo alcance, assentado na industrialização e configurado em um conjunto de políticas, o qual se convencionou denominar, não sem reparos de alguns, de "nacional-desenvolvimentismo";¹ (c) o positivismo teria, ao contrário do que afirma a segunda tese, perdurado após 1930; assim, o Estado Novo é visto como a realização mais acabada da ideologia positivista a nível nacional, levando ao País as concepções vigentes entre as elites políticas na República Velha. Esta referenda, a seu modo, a relação

* Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS.

¹ Quanto a este último aspecto, ver meu artigo *Os gaúchos e a perspectiva nacional: das fazendas ao Catete*, em Gonzagas (1992).

entre positivismo e trabalhismo, já que o PTB nasce ainda na ditadura estado-novista, o que consolida a relação de ambos com o populismo e com o desenvolvimentismo.

Vejamos cada uma delas separadamente.

Positivismo e trabalhismo

Embora mais antiga, a tese que vincula as origens do trabalhismo ao positivismo ganhou expressão nos trabalhos de Miguel Bodea: o primeiro analisa o comportamento do governo gaúcho de Borges de Medeiros nas greves de 1917 (BODEA, s.d.); e o segundo, de maior fôlego, o trabalhismo e o populismo no Rio Grande do Sul (BODEA, 1992). Em ambos, o sustentáculo básico reside no comportamento das elites estaduais, que, ao contrário dos dirigentes de outros pontos do País à época, se dispunham a atender a reivindicações e/ou a fazer alianças com o operariado industrial emergente, bem como tinham uma postura relativamente crítica ao capital estrangeiro. Consagravam-se, assim, o trabalhismo e o nacionalismo em suas origens, e o ideário do **progresso** dos positivistas, sem nenhuma dificuldade ou mediação, logo se tornou, nessas análises, o embrião do desenvolvimentismo.

Na opinião de Bodea (s.d., p.81), o Governo gaúcho, monopolizado pelo PRR, deparava-se com duplo enfrentamento: as dissidências e a oposição estadual, de um lado, e as oligarquias exportadoras e detentoras do poder federal, de outro, o que teria possibilitado

"(...) o ensaio pioneiro de uma **'aliança para baixo'** entre setores das classes médias urbanas acoplados ao segmento da oligarquia dissidente representado pelo PRR e as nascentes forças populares que invadem o cenário político, com a greve de 1917".

Se é verdade que Borges de Medeiros atuou como mediador entre os grevistas e os industriais, preferindo a negociação à repressão, uma novidade à época, e que o Intendente Municipal de Porto Alegre, José Montaury, pelo Ato nº 137 tabelou os preços de primeira necessidade, não deixa também de ser verdade que o inusitado dessas medidas não pode ser desvinculado da própria força do movimento: atingindo as principais categorias de trabalhadores e alastrando-se pelo interior do Estado, foi praticamente uma greve geral — algo jamais até então ocorrido.

O caráter problemático da análise de Bodea revela-se principalmente ao atribuir à ideologia dos governantes — o conselho de Comte de integrar o proletariado à sociedade "moderna", tão decantado nos discursos dos líderes chimangos — uma das principais razões do comportamento de Borges de Medeiros ao receber representantes dos trabalhadores em palácio, para ouvir suas reivindicações, sem jamais atribuir isso à própria força e organização dos grevistas e ao próprio vulto que tomou o movimento. Tanto estes não podem ser ignorados que tais atitudes jamais foram tomadas pelo líder governista antes de 1917 e nem repetidas após esse ano. Ao contrário, o Governo gaúcho trataria as greves subseqüentes de forma não diversa do tratamento usual dispensado em

outros estados: os freqüentes apelos para voltar ao trabalho somados com a força policial. Diante da impossibilidade de generalizar o comportamento do Governo frente às greves, do acontecido em 1917 para todo o período da República Velha, certamente o poder de explicação das hipóteses que assinalam a especificidade do ocorrido naquele ano é maior do que o daquelas que procuram buscar linhas gerais, coerentes e de fundo ideológico (o positivismo) ou pragmático-político (as crises interoligárquicas) para explicar o referido comportamento. Por isso prefiro entender as atitudes do Governo gaúcho em 1917 como algo episódico, resultado de um conjunto de fatores circunstanciais, não passível de generalização e sem razões mais profundas que possam detectar o aparecimento de algo novo, duradouro nas relações entre as classes dirigentes e o movimento emergente dos trabalhadores. Sem contar, ainda, que esse tipo de explicação, ao recorrer a uma **inversão** do ocorrido através da generalização de um evento específico, faz forte apelo à imaginação e aos símbolos, configurando a representação que as elites dirigentes fazem delas mesmas. Se no Brasil a questão social era "caso de polícia" na República Velha, no Rio Grande do Sul tudo faz crer que era diferente: a elite governamental aliançava-se aos trabalhadores contra os empresários, mediava os conflitos aparentando neutralidade — como requer o bom positivismo —, mas, na prática, defendia os mais fracos. Ao recorrer à especificidade local nesses termos, busca-se a legitimação pela diferenciação, e não só do positivismo como do próprio trabalhismo. Não é difícil, a partir daí, entender-se o segundo como desdobramento do primeiro, ou que os gaúchos que assumiram o poder federal a partir de 1930 **levaram** tais idéias e práticas ao resto do País.

O ocorrido em 1917 com as greves operárias é interpretado de forma semelhante ao que aconteceu na transferência do controle da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) para o Governo Estadual, em 1920. Essa atitude do Governo foi resultado de fortes pressões, devido à baixa qualidade dos serviços prestados pela concessionária belga Auxiliaire, em negócio com a Brazil Railway, de origem norte-americana. A atitude de Borges de Medeiros certamente se afastava do liberalismo e encontrava respaldo no positivismo, o qual admitia intervenção governamental em questão de utilidade pública e para atender a "anseios sociais". O positivismo nunca entendeu, como o liberalismo clássico, que o mercado poderia, sem interferências mesmo esporádicas, levar a melhor solução para os problemas econômicos. Advogava a intervenção em caráter excepcional se necessária para garantir o "progresso" — ou seja, fomentar a acumulação de capital. O Estado neutro defendido ideologicamente tinha sentido ao negar o intervencionismo para atender a interesses privados, de grupos específicos, mas encontrava guarida e razão de ser quando se tratava de uma demanda "social", no caso, que prejudicava todos os produtores locais, devido aos péssimos serviços da companhia estrangeira responsável pela viação férrea.

Mas a encampação da VFRGS, fato episódico e só realizado após várias negociações com as empresas estrangeiras visando a soluções alternativas menos drásticas — e que, de resto, se mostraram infrutíferas —, tornou-se, nas mãos de parte da historiografia, o prenúncio do "nacionalismo trabalhista". Por isso, afirma Bodea (s.d., p.65) que a "(...) greve ferroviária de 1917 ajudara o Governo gaúcho a sensibilizar a opinião pública a favor das teses de estatização dos serviços de utilidade pública". Ora, essa construção supõe que o Governo gaúcho defendia firmemente tal estatização

e que se aproveitou da greve para "sensibilizar" a opinião pública, invertendo drasticamente o acontecido. Nem o Governo preferia essa solução — e só a usou em último recurso — como o movimento contra as companhias partiu dos produtores e da população: estes é que sensibilizaram o Governo, se se pode usar essa expressão, e não o contrário (sem contar a ingenuidade de supor que o Governo ditatorial gaúcho precisasse do apoio da "opinião pública" para realizar tal feito, como se esta tivesse afeição *à priori* pelo capital estrangeiro, um obstáculo à encampação, e precisasse ser convencida do contrário...).

Se há uma semelhança entre esse nacionalismo episódico de Borges de Medeiros e o de Vargas após 1930, e com todas as qualificações históricas que se fazem necessárias, esta deveria dar-se em razão oposta à pretendida pela literatura: nem o líder chimango nem Vargas eram hostis ao capital estrangeiro, e o nacionalismo do último sempre conviveu, a não ser nos anos finais de seu último governo (1951-54), com apelos recorrentes à presença do capital estrangeiro para ajudar no desenvolvimento econômico do País.

A solicitação da presença da ajuda estrangeira foi constante ao longo da República Velha no Rio Grande do Sul. Em 1903, o Governo assinou contrato com a Brazilian Cold Storage & Development Limited para estabelecer um frigorífico no Estado, concedendo a ela uma série de privilégios, dentre os quais a redução de impostos. Mais tarde, o contrato foi rompido por falta de interesse da companhia (PESAVENTO, 1980, p.73-74). Em 1912, o Governo isentou, pelo prazo de 30 anos, do Imposto de Indústrias e Profissões o gado abatido e a exportação de carne congelada ou refrigerada de qualquer frigorífico que se instalasse no Estado. Somente em 1917 e 1918, instalaram-se em Santana do Livramento as empresas Armour e Wilson, e, em 1917, a Swift, na Cidade de Rio Grande. As empresas estrangeiras, aliás, só decidiram instalar-se após demoradas barganhas com o Governo estadual, que, finalmente, lhes deu inúmeras vantagens fiscais. A instalação dos frigoríficos estrangeiros foi solicitada e incentivada pelo Governo gaúcho e saudada até pela aguerrida oposição maragata: todos a viam como a grande solução para as crises recorrentes da pecuária e das charqueadas. A decepção que mais tarde tomou conta dos fazendeiros, dos charqueadores e do Governo nunca foi estravasada com apelos nacionalistas: criticava-se o monopólio dessas empresas e não o fato de serem estrangeiras. Tanto que a solução encontrada foi fundar um frigorífico com capitais locais para lhes fazer concorrência — e não encampá-las. Diante disso, pergunta-se: que nacionalismo é esse?

À luz dessa argumentação, parece evidente que a tese que vê no positivismo a origem do trabalhismo merece, se não ser rejeitada, pelo menos qualificada. A rigor, de fato, nunca foi feita a "aliança para baixo" do Governo positivista gaúcho com os trabalhadores ou com as classes médias urbanas mais pobres: o Governo, por exemplo, ficou até às vésperas da formação da Aliança Liberal contrário ao voto secreto, à Justiça Eleitoral, ao voto feminino e ao pluralismo partidário na representação, programa básico, caso procurasse selar esse tipo de aliança. Assim, parece bastante duvidoso que os conflitos do PRR seja com os maragatos locais, seja com as oligarquias dos estados centrais tenham ensejado uma busca de apoio nos "de baixo" por parte do PRR para ampliar sua correlação de forças. Ao contrário, **do ponto de vista lógico**, é per-

feitamente concebível a hipótese oposta: frente aos movimentos populares e urbanos, o Governo tendeu a agir, via de regra, representando os interesses mais gerais e definidores das classes dominantes, e daí legitimando-se frente às oposições políticas locais ou nacionais. Não é de se estranhar, por exemplo, que, no período 1917-20, quando foram maiores o movimento dos trabalhadores e o número de greves, menor tenha sido o ímpeto das oposições maragatas.

Assim, os acontecimentos relativos à greve de 1917 e à encampação da VFRGS devem ser interpretados dentro de sua excepcionalidade. Deles não se pode inferir um comportamento generalizante para todo o período, com o risco de se ignorarem outros, tão importantes quanto estes, mas muito mais freqüentes no período. Aliás, como demonstra Angela de Castro Gomes (1979, p.77), a bancada gaúcha da Câmara Federal, quando da regulamentação do trabalho na década de 20, foi muito mais resistente às leis trabalhistas que a bancada paulista. O proletariado deveria ser esclarecido e cooptado, como aconselhava Comte, e por isso defendia a educação, a proteção às mulheres e aos menores e seguros contra acidentes de trabalho. Não obstante, rejeitou o horário de trabalho de oito horas e a implantação do direito de férias.

Posturas como essa revelam com muito mais precisão o pensamento das elites, sua ideologia e intenções, que fatos episódicos.

Positivismo e desenvolvimentismo

Quando se problematiza a hipótese de que o trabalhismo tenha sido originado no positivismo e que esta seria uma peculiaridade das elites gaúchas na República Velha, não se quer dizer que não existam especificidades que as diferem das co-irmãs de outros pontos do País. É mais que esclarecido na literatura o fato de o Rio Grande do Sul voltar-se ao mercado interno — o que gerava pontos conflitantes nas políticas cambial e monetária com relação a São Paulo —, o fato da filiação doutrinária positivista e as relações do PRR com o Exército, o que o opunha às campanhas civilistas. Põe-se em questão, todavia, que fosse sua prática usual uma "aliança para baixo" ou algo que lembrasse de fato o trabalhismo — um fenômeno mais complexo nas relações entre Estado e "subalternos", que, inclusive, supõe certa organização corporativa do movimento operário e um acesso mais amplo ao direito de voto (na República Velha, apenas entre 2% e 3% da população votava nas eleições presidenciais). São inconcebíveis o trabalhismo e o populismo sem a emergência da sociedade de massas: na República Velha, a política oficial limitava-se à minoria da população e por isso **vinha à tona** com luta de interesses entre estados e não entre classes. A aparência do conflito social, no claro/escuro que permeia as relações sociais e políticas da sociedade capitalista, deixava transparente "os interesses do Rio Grande", "a política de Minas", "a voz de São Paulo" e nunca os trabalhadores, os empresários industriais e os proprietários de terra. A República era oligárquica, como a denomina boa parte da literatura, e por isso a denominação tem sentido e razão de ser, já que a política oficial se restringia às elites. Dentro desse contexto, o trabalhismo como ideologia ou forma

de dominação não existia, nem possuía razão de ser. Nem poderia ser gestado em situação histórica diversa e até antitética a que o explica como fenômeno político.

O positivismo gaúcho, entretantes, pode ter trazido, em sua especificidade, o início das concepções desenvolvimentistas. Ao opor-se ao liberalismo clássico, ou ao não aceitar o dogmatismo do livre mercado como precondição suficiente para assegurar a acumulação de capital — o Estado como responsável pelo "progresso", em aliança com a iniciativa privada —, o positivismo não deixou de antecipar, antes de 1930, o desenvolvimentismo. Mas a relação entre este e o trabalhismo é historicamente limitada: o desenvolvimentismo no Brasil é anterior cronologicamente ao Estado populista ou ao trabalhismo, assim como continuou após 1964, exatamente quando da derrocada destes dois.

A confusão entre desenvolvimentismo e populismo é tão corrente na literatura como entre trabalhismo e positivismo. O lema "ordem e progresso" dos positivistas pode ensejar interpretações como esta:

"A nítida conotação conservadora do positivismo no século XIX europeu, como o soberbo desprezo de tal corrente que sempre ostentou, p.e., diante da concepção marxista de alta de classes, modificou-se bastante na América Latina. O inóspito *habitat* latino-americano, pontilhado de formas de relações sociais e culturais produzidas por sistemas de vidas que mesmo quando enganchadas à dinâmica da relação capitalista internacional resistiam à racionalização crescente da sociedade e da economia, gerou uma deformação simpática do positivismo. Tornou-se paladino da idéia de progresso. A diferença de *habitat* cultural não pode cortar pela raiz a outra idéia da filosofia política positivista, a de ordem. Mas, pelo menos, mitigou seus ímpetos uniformizadores, dada a variedade e a desordem constitutiva de um continente formado pela miscigenação de alguns modos de produção assentados em princípios básicos conflitantes, e tomou o positivismo ideologia mais reformista que reacionária" (CARDOSO, 1980, p.17-18).

Cardoso ressalta corretamente que o positivismo trouxe consigo a idéia de progresso — ou "desenvolvimento", já usado como sinônimo do primeiro ao final dos anos 20. Entretanto sua análise frisa a ordem para o contexto europeu, o progresso para o caso latino-americano. Considero, todavia, que nem ordem nem progresso podem ser dissociados um do outro e do positivismo em quaisquer dos dois casos — embora em cada um possam ter conotações específicas e concreções próprias. Subjacente a essa tese de Cardoso encontra-se o pressuposto (defensável) de maior organização dos trabalhadores europeus que dos latino-americanos, a qual requeria lembrança da ordem com mais frequência na Europa, e, do mesmo modo, barreiras mais acentuadas e mais difíceis de transpor, para a expansão capitalista, na América Latina, o que fazia a idéia de "progresso" ser localmente mais propalada (FONSECA, 1989, p.76). Se assim entendida, a interpretação de Cardoso não merece qualquer reparo. Porém, tendo em vista o caso brasileiro: (a) claramente subestima os movimentos sociais e populares que tiveram lugar na República Velha; (b) talvez também por isso mesmo subestime o caráter conservador do positivismo autóctone — daí tê-lo chamado de deformação "simpática" — e, mais que isto, "reformista".

A crítica a Fernando Henrique Cardoso passa necessariamente pelo entendimento de que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro — o "progresso" — nunca

dispensou o outro lado da ideologia — a "ordem". Os dois aspectos do positivismo não podem, nem para fins analíticos nem de exposição, ser dissociados, com o risco de, ao ignorar-se um deles, perderem sua dinâmica, sua complexidade e as múltiplas determinações que os envolvem. "Progresso dentro da ordem" supõe exatamente acumulação de capital sem quaisquer vínculos distributivistas e/ou associados a uma democracia substantiva: ao cercear as reivindicações, concebê-las como desordem ou anomia, o positivismo (sem qualquer arroubo panfletário) propõe a acumulação para o capital e o bom comportamento para o trabalho.

Fica claro, então, que, para o caso brasileiro e, portanto, o gaúcho, não há de se destacar isoladamente nem a ordem nem o progresso; ambos fazem parte de um mesmo projeto e de um mesmo processo: "progresso", pois, desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas; mas necessariamente ordenado, pois, excludente e sem ferir aspectos tradicionais concentradores da estrutura social. O positivismo nada tinha de reformista, como assinalou Cardoso: teve "total desprezo" pelas lutas de classes tanto na Europa como no Brasil. Seu caráter progressista só pode ser mencionado *stricto sensu*: a defesa do desenvolvimento das relações capitalistas e, a partir dos anos 20, da industrialização, o que se chocava com a defesa do agrarismo intransigente de parte das elites. Mas omitia, por exemplo, as questões distributivas emergentes desse mesmo desenvolvimento.

Essa idéia desenvolvimentista, que toma vulto no Governo Federal após 1930, indubitavelmente tem como predecessor o governo de Vargas no Rio Grande do Sul, iniciado em 1928. Este criou, pelo Decreto nº 4.070, de 22 de junho desse ano, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. E, ao contrário de Borges de Medeiros, que defendia o Estado neutro e condenava empréstimos, sob a égide da moral positivista de que o Estado deveria não se endividar para dar exemplo moral à sociedade, Vargas entendia o crédito como instituição fundamental ao progresso. A moralização do positivismo ortodoxo foi substituída pela ideologia do Estado comprometido com o progresso, a qual deixava de ser figura de retórica: subsidiar e estabelecer prioridades passaram a fazer parte da agenda estatal. O Estado "neutro" foi substituído por outro, atuante, comprometido com o progresso e com o financiamento da produção tanto na prática como no discurso, o que não acontecia à época de Borges de Medeiros. Assim, ao se afastar da prática política de seu antecessor, Vargas levava às últimas conseqüências o ideário positivista de comprometer-se com o progresso, mas chocava-se com o postulado da neutralidade, também positivista: uma contradição evidente da doutrina de Comte e materializada de forma diversa não só nas figuras dos dois políticos, Borges e Vargas, mas em duas diferentes gerações de políticos ligados ao PRR.

J. Love (1975) denomina de "geração de 1907" o grupo ao qual pertenciam Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha, mais jovens que os próceres da República, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado. Embora formados dentro dos cânones positivistas, a primeira geração enfrentou os problemas de consolidação da nova forma de governo e a Revolução Federalista; intransigentemente defendeu o federalismo, a ditadura positivista, a diversificação econômica estadual, prendendo-se a dogmas como o orçamento equilibrado e a crítica a empréstimos por parte do setor público. A segunda geração,

por influência de Pinheiro Machado e respondendo à própria expansão econômica gaúcha e à necessidade de assegurar mercados nacionais, desde logo criticava o isolacionismo relativo da política borgista, entendendo ser fundamental a presença maior de gaúchos a nível federal.

Ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul em 1928, juntamente com alguns membros da "geração de 1907", Vargas daria ênfase à política nacional: ele mesmo ocupara até então a pasta da Fazenda. Ao reinterpretar o positivismo, dando-lhe nova forma, abandonava paulatinamente seus dogmas, ensejando a criação de algo novo na economia brasileira: o desenvolvimentismo. Por isso é importante ressaltar que o desaparecimento do positivismo por parte dessa nova geração não foi abrupto, mas gradual. Ocorreu ao longo da República Velha, reforçou-se após 1928, e, quando da formação da Aliança Liberal e da "Revolução de 30", os princípios ideológicos de Comte já eram bem mais tênues. Ao longo da década de 30, descaracterizar-se-iam muito ao se mesclarem com as novas ideologias em voga, como o corporativismo e o fascismo. Permaneceria do positivismo certamente o ideal de progresso dentro da ordem — o qual acompanha a própria história do desenvolvimento capitalista brasileiro —, mas princípios programáticos como descentralização federalista, orçamento equilibrado, Estado neutro e intervencionismo moderado seriam abandonados, fazendo emergir algo novo, diverso do positivismo da velha geração.

Os gaúchos do Estado nacional: as novas ideologias

A tese segundo a qual o positivismo gaúcho foi levado ao resto do País a partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder federal, é corrente na literatura. Em sua versão mais radical, não se faz diferença entre o positivismo da velha e da nova geração do PRR, e associa-se o autoritarismo do Estado do pós 1930 a seus princípios doutrinários. O transplante da ideologia do Rio Grande do Sul para a política nacional dá-se sem nenhuma mediação, sem nenhum conflito, sem nenhuma graça. Ivan Lins (1967, p. 211) afirma, por exemplo, que Vargas, após ter chegado à Presidência do País, se manteve "fiel à sua formação política, essencialmente castilhistas e, portanto, positivista". Franklin de Oliveira (1985, p.71) assevera:

"Mas o que, no frigidar dos ovos, pregava Júlio de Castilhos? A onipotência absolutíssima do Poder Executivo. Na Constituição que ele próprio redigiu, o Legislativo figura como mero ornamento. Desdenhava a mecânica eleitoral. Era contra o sistema de deliberação pelo voto das maiorias. Um autocrata metido a físico social. A herança castilhistas foi revitalizada por Vargas, depois de 1930. E ainda não se apagou".

A análise mais complexa e acurada de Miguel Bodea (1992, p.202) não foge da mesma linha:

"Na minha interpretação, a Revolução de 1930 acarretou a substituição, no seio da classe dominante, do núcleo oligárquico tradicional por uma nova elite, de origem positivista, portadora de um projeto reformador e modernizante, que acabaria se personificando na figura de Vargas".

De fato, com a chegada de Vargas ao poder federal em 1930, emergiram novas propostas, nova prática política, novos símbolos e novo discurso, desde logo não expressão única dos setores gaúchos, mas de correlação de forças formada a nível nacional quando da Aliança Liberal e, mais precisamente, quando da "Revolução de 30". É impossível entender seu governo e a ideologia oficial sem ter presente tal correlação, estabelecida entre setores divergentes, mas que se uniram contra o situacionismo representado pelo candidato paulista eleito, Júlio Prestes. Sabe-se, ainda, que boa parte das antigas oligarquias aderiu à Aliança Liberal, mas rejeitava a via "revolucionária": para o golpe de outubro de 1930, que levou Vargas ao poder, foi fundamental a participação das forças armadas, inaugurando a presença sólida dos antigos tenentes dos anos 20 na política nacional. A maior parte dos interventores nomeados por Vargas nos estados eram militares.

Certamente boa parte das idéias correntes nessas elites são novas, se consideradas do ponto de vista do Governo Federal, já que muitas estavam presentes nos discursos de Vargas desde a época de parlamentar, ainda na República Velha. São os casos, por exemplo, da crítica ao *laissez-faire*, da abertura para certo intervencionismo e do descrédito relativo aos partidos e à democracia representativa. Já antes de 1930, defendia, como depois desse ano, a primazia da ciência sobre a política, da administração e da economia sobre o direito e a filosofia. Como todos esses pontos constam no ideário positivista, à primeira vista pode-se advogar que este, juntamente com Vargas, foi transplantado ao Catete.

Se é óbvia a formação positivista de Vargas, como bom membro do PRR, e sem negligenciar que alguns traços desta permaneceram em seus discursos e, mais que isso, que existem pontos fundamentais convergentes entre a ideologia positivista e o próprio processo de desenvolvimento capitalista do Brasil que se estendem, modificados, até nossos dias — o progresso ordenado e excludente, onde o povo é mais espectador que participe —, vários aspectos podem ser levantados à tese do transplante do positivismo ao Governo Federal após 1930.

Como já analisei alhures (FONSECA, 1989, p.244), há, inicialmente, um problema de ordem epistemológica. Se são essenciais, no estudo das ideologias, o entendimento das razões que as impulsionam e lhe dão sentido, assim como seus vínculos com as condições concretas postas aos homens (ou certa classe ou grupo social) em determinada circunstância específica, decorre daí mais a exigência metodológica de se precisar como elas tomam corpo dentro de cada conjuntura histórica, o uso delas feito por seus seguidores, do que testar até que ponto determinada personagem foi coerente ou consistente ao longo do tempo com certo conjunto de idéias. Caso se admitisse a existência do positivismo no Governo Federal após 1930, interessaria mais entender como e de que forma ele se fez presente naquela situação histórica específica do que afirmar ter sido ele "levado" ao Rio de Janeiro após ter habitado por 40 anos no Rio Grande do Sul. Em contraste com os cavalos, o positivismo não pode com facilidade ser transportado e atado no obelisco...

Há que se distinguir, em segundo lugar, que a ideologia do governante não é necessariamente a do governo. Mesmo se admitindo a filiação irrestrita de Vargas ao positivismo na República Velha, nada garantiria ter-se ela estendido ao conjunto da equipe governamental após 1930. O Governo, como se sabe, iniciou-se sob a égide de

uma aliança da qual faziam parte políticos de diversos matizes ideológicos, muitos dos quais reconhecidamente críticos ao positivismo. A aproximação de Vargas aos "tenentes" nos primeiros anos da década de 30 em nada fere o caráter heterogêneo da ideologia do grupo dirigente, pois aqueles nunca tiveram uma única ideologia enquanto grupo, nele havendo liberais, fascistas, integralistas, positivistas e até "esquerdistas".

Em terceiro lugar, cabe lembrar o paulatino desapego de Vargas ao positivismo ao longo da República Velha. Como já mencionei anteriormente, a chamada "geração de 1907", à qual ele pertencia no Partido Republicano Rio-Grandense, apesar da filiação positivista foi gradualmente libertando-se da ortodoxia, esta mais presente entre os próceres da República. O Governo Vargas no Rio Grande do Sul, por outro lado, representou mais um passo nessa direção: embora admitindo governar inspirado nos ensinamentos de Comte e de outros mestres positivistas (o contrário significaria romper ideologicamente com o PRR), passou a interpretá-lo de forma diferente da que Castilhos e Borges de Medeiros haviam feito. Em contraste com esses dois ex-Presidentes do Estado, os apelos àqueles autores não eram frequentes nos discursos de Vargas quando estava à frente do Governo Estadual. Após 1930, não há registro de uma vez sequer em que admitisse continuar adepto do positivismo — embora haja passagens em seus discursos demonstrando que a influência não se apagara totalmente. A ideologia de Vargas nesse período consubstanciava-se na negação da própria ideologia: nas entrelinhas, criticava o PRR e seu próprio passado, explorando a contradição dos que negavam a filosofia, mas, religiosamente, seguiam uma delas. Embora se pudesse objetar que, em assim procedendo, Vargas continuava apegado a sua antiga formação positivista (negar a ideologia é princípio positivista), no mínimo far-se-ia necessário mencionar que, após 1930, a adoção dessa doutrina se deu de forma completamente diversa da do período anterior, pois, ao contrário da República Velha, sua influência apareceria nos anos 30 dissimulada, já que existia à medida que era negada. Certamente não foi essa a forma tomada pela ortodoxia positivista de Castilhos e Borges de Medeiros. Enquanto no governo destes houve uma ideologia oficial, por assim dizer, exatamente o que Vargas não aceitava era que isso voltasse a ocorrer. Daí afirmar que pretendia, "sem pré-conceitos", fazer uso dos ensinamentos de todos os autores contemporâneos capazes de colaborar para a solução dos problemas brasileiros ...

Em quarto lugar, finalmente, devem-se lembrar aspectos da ideologia e das ações do Governo que frontalmente se opunham aos dogmas mais sagrados do positivismo. Para tanto, apenas um, o federalismo, é *per se* suficiente para rejeitar a hipótese antes levantada. Seu peso como argumento é tanto mais expressivo quanto mais se tiver em mente o significado da autonomia estadual para os positivistas sul-rio-grandenses; diretamente de Comte estes haviam extraído o ideal das pequenas comunidades relativamente autárquicas, e, ao longo dos 40 primeiros anos de regime republicano, o federalismo destacou-se, seguramente, como a principal bandeira do PRR. Não é de se estranhar, portanto, a forte resistência encontrada no Rio Grande do Sul já às primeiras medidas centralizadoras do Governo Provisório. A Frente Única estadual, formada por ocasião da Aliança Liberal, gradualmente bandeou-se para a oposição. Republicanos, como Borges de Medeiros e João Neves da Fontoura, e maragatos, como Assis Brasil e Raul Pilla, não hesitaram em declarar-se descontentes com os rumos tomados pela "Revolução": a volta

ao regime constitucional e ao federalismo surgiu como suas exigências mais imediatas. As antigas oligarquias mais uma vez mostravam-se dispostas à união para a defesa dos caros princípios liberais: estes, no caso, significavam sua própria sobrevivência. Tão acirrados estavam os ímpetos oposicionistas gaúchos que, até o último momento, os dirigentes da revolta paulista de 1932 julgaram contar com seu apoio para derrubar o Governo.

Como se vê, frágeis são as bases da tese de que o positivismo teria sido transportado ao Catete com a "Revolução de 30". Mesmo na "questão social", sua influência deve ser qualificada: embora os positivistas gaúchos a tenham reconhecido desde o início da República, essa abertura não passou do mero **reconhecimento**, porquanto sempre se opuseram à "estatização da questão social". Lindolfo Collor, da mesma geração de Vargas no PRR e seu Ministro do Trabalho, inspirou-se diretamente no fascismo e não nos ensinamentos de Comte e de Castilhos ao elaborar a legislação trabalhista. As novas ideologias emergentes nos anos 30 e no período entre guerras não podem ser confundidas com o positivismo da República Velha, embora ambas autoritárias, anti-liberais e defensoras intransigentes da ordem.

Bibliografia

- BODEA, Miguel (1992). **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS.
- BODEA, Miguel (s.d.). **A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L & PM.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1980). **As idéias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento econômico**. Petrópolis: Vozes.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra (1989). **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (1979). **Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus.
- GONZAGAS, S., FISCHER, L. A., org. (1992). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS.
- LINS, Ivan (1967). **História do positivismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Nacional.
- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30**. São Paulo: Perspectiva.
- OLIVEIRA, Franklin (1985). **Complexo de Caim. Senhor**, São Paulo: Editora Tres, n.222.
- PESAVENTO, Sandra J. (1980). **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL.

Abstract

This article approaches some aspects of the political and ideological arrangements of the elites in Rio Grande do Sul in the 20th century, criticising the existing literature. Thus it refutes the proposition that the laborism had its origin in the republican positivism, showing that the treatment given by the gaúcho government in 1917 to the workmen on strike was an episodic event and not the rule in the period. The article also shows the difference between developmentalism and laborism, and points out that the influence of positivism happened mostly in the former rather than in the latter, disagreeing that the positivism was taken to the federal government by Vargas after 1930.